



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL Nº 0313788-0

AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

AGRAVADO: JOSÉ ZITO ALVES VIANA

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO. SUSPENSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CONSUMO NÃO FATURADO. IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA. APLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 13 DO TJPE. APURAÇÃO DE SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR REALIZADA DE FORMA UNILATERAL PELA AGRAVANTE. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ENSEJAR A REVISÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**ACORDÃO** - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Agravo Legal nº 0313788-0, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 24 de setembro de 2013, à unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do relator.

Recife, 24 de setembro de 2013. (data da lavratura).

  
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de SENA**

**1ª CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO LEGAL Nº 0313788-0**

**AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE**

**AGRAVADO: JOSÉ ZITO ALVES VIANA**

**RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata a hipótese de Agravo Legal interposto pela **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**, insurgindo-se contra decisão terminativa da lavra desta relatoria que, em sede de recurso de apelação interposto pela ora agravante contra **JOSÉ ZITO ALVES VIANA**, deu parcial provimento ao apelo, reduzindo a indenização por danos morais para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantendo a decisão do juízo *a quo*, no sentido de declarar a nulidade da cobrança por consumo não faturado e cancelamento da fatura correspondente.

Como fundamento para o presente recurso, a agravante sustenta que agiu dentro dos estritos limites impostos pela Resolução nº 456, de 29/11/2000, da ANEEL, bem como arts. 6º, § 3º, II, e 31, IV, da Lei nº 8.987/95.

Alega que é possível a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de inadimplência do consumidor, independente da natureza do débito, inclusive em decorrência de fraude. Além disso, afirma que há flagrante irregularidade na unidade consumidora do agravado, o que afasta a incidência da Súmula nº 13 do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Por fim, pugna pelo conhecimento do presente recurso e seu provimento no sentido de decretar a anulação da decisão atacada e julgando improcedentes os pedidos autorais, com a reforma integral da sentença de primeiro grau.

**É o relatório. Passo a votar.**

*Ab initio*, adianto que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada.

Como é cediço a todos, poderá o relator decidir individualmente as questões de mérito, quando negar seguimento ao recurso que se apresenta manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior (*ex vi* do art. 557, *caput*, do CPC).

Com efeito, o artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil reflete a aplicação do princípio da economia processual, constante do artigo 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, e visa, como é salutar, a desobstruir pautas dos tribunais para que se agilize o



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Julgamento das ações e dos recursos que realmente precisam ser submetidos à apreciação pelo órgão colegiado.

Feito esse registro, vale destacar que a agravante não trouxe na sua irresignação qualquer tese capaz de ensejar a revisão da opinião jurídica externada na terminativa, aliás, substancialmente renovou os argumentos que fundamentaram o seu apelo, razão pela qual deve ser mantida a decisão vergastada.

A alegação da recorrente de que não incide a Súmula nº 13 desta e. Corte de Justiça, uma vez que é flagrante a irregularidade no medidor do agravado, não merece acolhimento.

O que acontece é que a apuração da suposta fraude no medidor é feita de forma unilateral pela agravante, indo de encontro, também, à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a seguir transcrita:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FRAUDE NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não autoriza o corte de fornecimento de energia elétrica por fraude no medidor apurada de forma unilateral pela concessionária de serviço público. 2. Não há como esta Corte se pronunciar sobre a regularidade da cobrança de custo administrativo no caso dos autos, pois essa questão está relacionada com a violação do artigo 73 da Resolução 456/2000 da ANEEL. 3. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1109797 RS 2008/0278731-7, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 02/12/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/12/2010).

Nesse passo, como não houve inovação nos argumentos suscitados no presente agravo, adoto como fundamentos do meu voto os mesmos contidos na decisão guerreada, a qual transcrevo o trecho que interessa:

"[...] Em seu recurso alega a apelante que restou caracterizada a existência de fraude no medidor de consumo de energia do imóvel do recorrido, sendo a cobrança da quantidade de energia não registrada um direito seu, aduz, ainda, não estarem preenchidos os requisitos da responsabilidade civil para que haja a condenação por danos morais fixada pela magistrada primeiro grau.

A lei 8.987/95 em seu art. 6º §1º, estabelece que a concessionária de serviço público tem o dever de prestar um serviço adequado aos seus usuários, e em caso de interrupção sem razoabilidade tem o dever de indenizar. Transcrevo o dispositivo legal, *in verbis*:

"Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato".

§ "1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas".



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Compulsando os autos, verifica-se que a dívida que dá ensejo à cobrança realizada pela recorrente é referente a débito relativo a fraude em medidor de energia elétrica unilateralmente aferida, matéria que já se encontra pacificada por este Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, que firmou o entendimento quanto à inexistência de tal dívida, bem como, quanto à ilicitude do corte relativo a este débito.

Tal entendimento restou consubstanciado no enunciado da Súmula nº 13, deste e. Tribunal de Justiça de Pernambuco, que diz:

*“É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento do débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude”.*

Destaque-se, ademais, que o processo de aferição da fraude e de constituição da dívida é flagrantemente ilegal, haja vista que não há a participação efetiva do consumidor neste processo administrativo, quando a este é dado o direito unicamente de acompanhar o procedimento, sem direito algum de neste influir.

Os Princípios do devido processo legal e do contraditório, que estão expressamente previstos no art. 5º da Constituição Federal, estabelecem a participação efetiva das partes em todos os atos processuais, devendo ser assegurado a estas a possibilidade de influir diretamente no resultado do procedimento.

Ora, processo que prevê a participação do acusado sem que lhe seja dado o poder de exercer influência sobre seu resultado, não é processo devido, é sim uma tentativa de burlar o princípio do contraditório, maquiando-se o procedimento para lhe dar um aspecto de legalidade.

Não há, assim, que se falar de legitimidade da conduta da concessionária ao cobrar débito fundado em fraude unilateralmente verificada.

Sobre o tema, trago julgados desta e. Corte de Justiça:

**DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C PEDIDO DELIMINAR INALDITA ALTERA PARES E INDENIZAÇÃO OR DANOS MORAIS - PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO - REFORMA, EM PARTE, DO DECISUM - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO - INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA - INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - CABIMENTO - OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - PROVIMENTO PARCIAL DO APELO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº175892-1, TJPE, 6ª Câmara Cível, Relator Eduardo Augusto Paura Peres, Julgado em 17/3/2009);**

**PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RAZÃO DE DÉBITO NÃO COMPROVADO - CONDENAÇÃO INDENIZATÓRIA - APELAÇÃO CÍVEL - DÉBITO UNILATERALMENTE ARBITRADO PELA CONCESSIONÁRIA - SÚMULA 13 TJPE - SUSPENSÃO INDEVIDA - ATO ABUSIVO - RECURSO NÃO PROVIDO- DECISÃO UNÂNIME.**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

A suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia. A alegada irregularidade deveria ser apreciada em ação própria, não devendo resumir-se a uma avaliação unilateral. Súmula 13 deste Tribunal. Recurso não provido à unanimidade. (Apelação Cível nº 156496-7, TJPE, Relator Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª Câmara Cível, 26/3/2009).

No que toca a reparação civil, o art. 101 da resolução 456/2000, da ANEEL, assegura ao consumidor, dentre outros, o direito de receber o ressarcimento dos danos porventura causados em função do serviço concedido.

A recorrente, na condição de empresa privada prestadora de serviço público de fornecimento de energia elétrica, tem os limites de sua responsabilidade civil estabelecidos no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual:

*“As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.*

Dai tratar-se o caso de responsabilidade objetiva da apelante perante o apelado, cujos elementos a serem examinados são a efetiva ocorrência dos fatos, o nexo de causalidade e o dano.

Assim, cabe ao autor/apelado demonstrar, tão somente, os danos experimentados e o nexo causal entre o ato e o dano para lograr êxito na presente demanda indenizatória.

*In casu*, é incontroversa a cobrança realizada pela apelante, assim como a fiscalização por este efetuada no imóvel do Recorrido.

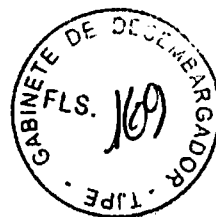
Isto posto, tenho que restaram devidamente caracterizados os danos extrapatrimoniais suportados pelo apelado, o qual foi indevidamente cobrado por dívida flagrantemente ilegal sofrendo, inclusive, a interrupção do fornecimento de energia elétrica, o que deveras trouxe-lhe diversos aborrecimentos que fogem à esfera cotidiana do indivíduo, sendo este, inclusive, obrigado a ingressar com medida judicial para ver respeitados seus direitos.

No que toca à fixação do *quantum* indenizatório, destaco que a reparação civil possui caráter compensatório e de desestímulo à conduta ilícita praticada, devendo ser também observadas a intensidade do dano suportado e as condições econômicas do ofensor e do ofendido.

Sendo assim, ao se estabelecer o *quantum* indenizatório deve o magistrado observar todos os preceitos acima citados, com o intuito de não se fixar uma quantia insignificante nem tão pouco exorbitante.

Compulsando os autos, verifico que a quantia estabelecida pela juíza *a quo*, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se em desacordo com tais preceitos acima citados, sendo cabível sua redução, em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme vem costumeiramente se entendendo como justo por este Tribunal em casos semelhantes, *verbis*:

**CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CONDENAÇÃO. VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APELO IMPROVIDO.** Na esteira do que dispõe a Súmula nº 13 do TJPE, a suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento da energia elétrica. Eventual irregularidade deverá ser averiguada em ação própria, não se podendo presumir através de inspeção técnica realizada unilateralmente pelo órgão responsável. Indenização por danos morais fixada em R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). (Apelação Cível nº 175473-6, TJPE, 5ª Câmara Cível, Relator Leopoldo de Arruda Raposo, Julgado em 15/10/2008).



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

No que tange ao prequestionamento, o juiz ou tribunal não está obrigado a decidir a controvérsia segundo aquilo que a parte entende como correto, mas apenas lançar suas razões segundo sua convicção sobre a matéria de fato ou de direito que se assenta à pretensão. Isso decorre do disposto no art. 131 do CPC, expressão positivada do princípio do “livre convencimento motivado”.

É de ressaltar-se ainda, que o Juiz não está obrigado a examinar todas as teses invocadas pelas partes, nem tampouco se ater aos fundamentos indicados por elas.

Posto isto, segundo dicação do art. 557, *caput*, do CPC c/c o Art. 74, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao apelo, no sentido de reduzir a indenização por danos morais para o importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantendo-se intacta o restante da sentença.

Decorrido o prazo recursal *in albis*, ao juízo de origem para as providencias de praxe.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

**Des. Josué Antonio Fonseca de Sena**  
**Relator”**

Como registrado na transcrição acima, a matéria, objeto da lide, foi amplamente debatida na decisão, disposta de forma clara e precisa, atingindo solução jurídica embasada nos elementos dos autos e no ordenamento pátrio, razão porque não merece qualquer retoque nesta via de agravo.

Desse modo, evidentemente, o agravo não merece prosperar, tendo em vista que a irresignação permanece juridicamente insustentável.

Posto isso, inexistindo motivos para modificação da decisão atacada, **meu voto é no sentido de negar provimento** ao presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**